



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 38789/2016

Rubrica: _____

PROCESSO N.º: 38789/16-e

ORIGEM: Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação, com pedido de cautelar. Possíveis irregularidades em dispensa de licitação da Terracap. Contratação do Instituto Quadrix para realização de concurso público. Edital nº 1/2016. Admissibilidade. Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT. Conhecimento da Representação, deferimento da cautelar para determinar a suspensão dos atos inerentes à execução do Contrato nº 80/2016, e determinação à Terracap para encaminhamento de esclarecimentos e de cópia do Processo nº 111.001.286/2016. Encaminhamento de documentos pela jurisdicionada. Análise. Unidade técnica pelo provimento parcial da Representação, pela irregularidade da dispensa de licitação e sugestão de determinação à Terracap para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Voto divergente. Repercussão das medidas suscitadas sobre os interesses da contratada. Pela concessão de oportunidade de manifestação ao Instituto Quadrix antes do exame de mérito.

Tratam os autos de Representação formulada por pessoa física (peça 3) acerca de possíveis irregularidades na contratação do Instituto Quadrix pela Terracap com o objetivo de realização de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em empregos de nível superior e médio da Agência.

Por meio da Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT (peça 6), de 21.12.16, o então presidente desta Corte de Contas, Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 38789/2016
Rubrica: _____

Renato Rainha, decidiu pela suspensão cautelar dos atos inerentes à execução do contrato então celebrado, nos seguintes termos:

O Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ad referendum do egrégio Plenário, em conformidade com o art. 277 c/c art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, decide: I – tomar conhecimento da Representação formulada por cidadão, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades no processo de contratação do Instituto Quadrix realizado pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP; II – com esteio no artigo 277 c/c o art. 16, inciso XIV, do RI/TCDF e art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, deferir a medida cautelar requerida, para determinar a suspensão cautelar dos atos inerentes à execução do Contrato nº 80/2016; III – com fundamento no art. 230, § 7º, do RI/TCDF determinar à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes acerca das possíveis irregularidades apontadas na referida Representação; IV – determinar ainda à jurisdicionada que, no mesmo prazo, remeta a este Tribunal cópia do Processo nº 111.001.286/2016; V – autorizar: a) o envio de cópia da peça 3 à jurisdicionada para subsidiar sua manifestação; b) a ciência do representante; b) (sic) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Prestados pela Terracap os esclarecimentos requeridos, a unidade técnica procedeu à análise de mérito da representação, nos termos da Informação nº 003/2017 – 1ª DIACOMP (peça nº 23), conforme excertos abaixo reproduzidos:

ANÁLISE

23. Verifica-se que as irregularidades apontadas na Representação em exame concentram-se nos seguintes aspectos inerentes ao processo de dispensa de licitação da Terracap (Processo nº 111.001.286/2016) que resultou na contratação do **Instituto Quadrix** para a realização do concurso público da Agência de que trata do Edital nº 01/2016: (i) alterações no Projeto Básico inicialmente encaminhado e descumprimento de exigências constantes deste documento e (ii) escolha arbitrária do vencedor, que não teria apresentado a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos e não seria o mais capacitado para a realização do certame.

24. Com relação ao primeiro ponto, a Terracap procurou rebater as alegações



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 38789/2016
Rubrica: _____

trazidas pelo representante asseverando, em suma, que¹:

- não há divergência entre os Projetos Básicos apresentados, sendo que o fato de a primeira versão elaborada e enviada aos interessados ter sido posteriormente ajustada e reenviada às instituições consiste em procedimento normal em qualquer contratação;
- em razão da elaboração de novo Projeto Básico, as entidades foram novamente provocadas para apresentar propostas;
- o **Instituto Quadrix** já realizou, desde o ano de 2014, mais de 100 concursos, como pode ser observado em consulta ao *site* da instituição;
- a reputação ético-profissional e a capacidade do Instituto para a execução dos serviços são demonstradas por meio das certidões acostadas aos autos que cuidaram da contratação;
- o ato da Diretoria de Gestão Administrativa e de Pessoas que adjudicou o objeto da contratação encontra-se devidamente fundamentado e adequado aos critérios previamente estabelecidos no Projeto Básico, de modo que atendeu aos princípios da motivação e do devido processo legal.

25. Compulsando o Processo nº 111.001.286/2016, cuja cópia encontra-se acostada às peças 16/20 dos presentes autos, é possível constatar que a inclusão do item 11 do Projeto Básico (DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO) foi solicitada por despacho do Gerente de Compras da Empresa Pública², que notou a ausência, na primeira versão do documento, de parâmetros técnicos que possibilitassem a avaliação e julgamento das propostas apresentadas pelas organizadoras que haviam demonstrado interesse na realização dos serviços (**QUADRIX, IADES, IBFC, IDECAN e CEBRASPE**).

26. As comunicações sobre a inclusão do item se deram por e-mail, mesmo canal de comunicação por meio do qual as entidades tinham sido contatadas para a apresentação de suas propostas, com prazo de 4 (quatro) dias para envio de novas informações ou esclarecimento de dúvidas³. As documentações complementares encaminhadas pelas

¹ Ofício nº 001/2017-PRESI e anexos, peça 21.

² Despacho nº 0155/2016-GECOP, fl. 79-peça 19.

³ Fls. 804/808 do Processo nº 111.001.286/2016, peça 19.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 38789/2016

Rubrica: _____

proponentes, à exceção do IDECAN, foram acostadas às fls. 809/1035, peças 19 e 20.

27. Vale destacar que a ausência de resposta por parte deste último Instituto fora constatada no Despacho nº 1335/2016-GEREH⁴ e que, devido a este fato, sua proposta não foi considerada no quadro comparativo apresentado no referido despacho, tampouco no Despacho nº 677/2016-DIGAP⁵, que decidiu pela contratação do **Instituto Quadrix**.

28. Nesse ponto, importante notar que, **de acordo com os documentos constantes dos autos administrativos, o IDECAN, ao contrário das outras proponentes, não recebeu comunicado** a respeito da inclusão do item 11 ao Projeto Básico, com os critérios de julgamento das propostas. Observa-se, por meio do expediente de fl. 806 do Processo nº 111.001.286/2016 (peça 19), ter sido comunicada em seu lugar a instituição CONSULPLAN, que não figurava entre as 5 organizadoras as quais haviam apresentado propostas.

29. Em outra frente, verifica-se que a última versão do Projeto Básico relativo à contratação em foco⁶ previu, em seu item 8, a comprovação de experiência “por meio da apresentação de, pelo menos, 03 (três) Atestados de Capacidade Técnica em concursos públicos realizados”, sem especificar que tais concursos deveriam ter apresentado o mesmo formato e fases do ora pretendido pela Terracap, ou que a instituição interessada que não apresentasse atestado referente à aplicação de teste de aptidão física seria eliminada do processo seletivo.

30. Na mesma direção, o documento não tornou explícita a exigência de demonstração de capacidade para realização de certames de grande porte, em termos de número de candidatas.

31. Por um lado, essas ausências de previsão afastam a hipótese defendida pelo representante de que o **Instituto Quadrix** deveria ter sido eliminado do processo em face dos itens 8 e 11-a do Projeto Básico. Por outro, demonstram incorreção quanto à definição dos critérios habilitatórios de qualificação técnica e, em consequência, quanto à capacidade da entidade escolhida para a realização dos serviços com a qualidade e segurança esperados, haja vista não terem sido exigidos atestados que comprovassem experiência em certames com o mesmo número de fases e do porte do pretendido pela Terracap, em afronta ao art. 30, inciso

⁴ Fls. 1036/1039 do Processo nº 111.001.286/2016, peça 20.

⁵ Fls. 1057/1058 do Processo nº 111.001.286/2016, peça 20.

⁶ Fls. 1045/1055 do Processo nº 111.001.286/2016, peça 20.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
 Processo: 38789/2016
 Rubrica: _____

II e § 3º, da Lei nº 8.666/1993⁷.

32. No que se refere aos relatos de denúncias e problemas em concursos promovidos pelo **Instituto Quadrix** trazidos à baila pelo representante, entende-se que as notícias, por si sós, não se mostram suficientes para se concluir pela falta de reputação ético-profissional do Instituto.

33. Com relação à mudança significativa no número de vagas previstas, entre aquelas constantes do Anexo I do Projeto Básico e as trazidas pelo contrato celebrado (Contrato nº 80/2016), verifica-se que, de fato, houve substancial aumento no quantitativo de vagas reservadas para formação de cadastro de reserva, conforme demonstra a tabela a seguir, com dados extraídos dos quadros de fls. 1056 e 1092 do Processo nº 111.001.286/2016 (peça 20):

	Previsão inicial (constante do Projeto Básico)		Quadro constante do Contrato nº 80/2016	
	Vagas para contratação imediata	Vagas para formação de cadastro de reserva	Vagas para contratação imediata	Vagas para formação de cadastro de reserva
Empregos de nível superior	20	80	21	165
Empregos de nível médio	7	155	7	195
Total	27	235	28	360

34. Considerando todos os cargos, observa-se que o aumento no número de vagas direcionadas à formação de cadastro de reserva supera os 50% (cinquenta por cento)⁸. No caso dos empregos de nível superior analisados separadamente, a elevação é ainda maior, superando 100% (cem por cento)⁹.

35. Além de afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º da Lei nº 8.666/1993) e de não terem sido encontradas nos autos justificativas capazes de

⁷ Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

⁸ Memória de cálculo: $(360 / 235) - 1 = 53,19 \%$.

⁹ Memória de cálculo: $(165 / 80) - 1 = 106,25 \%$.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 38789/2016

Rubrica: _____

fundamentar tal acréscimo, essa modificação interfere nas projeções de número de candidatos inscritos e, conseqüentemente, na estrutura requerida e nos preços ofertados pelas proponentes, haja vista que a remuneração da contratada dar-se-á com base nos valores recolhidos com as inscrições. Dessa forma, o procedimento adotado não garantiu a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

36. Passando ao outro ponto questionado pelo representante, referente à escolha arbitrária do **Instituto Quadrix**, que não teria apresentado a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos e não seria o mais capacitado para a realização do certame, a Terracap apresentou, em síntese, os seguintes argumentos¹⁰:

- o parecer técnico da Gerência de Recursos Humanos (GEREH) possui caráter opinativo, sendo que o ato de decisão e de análise de mérito é de competência da Diretoria de Gestão Administrativa e de Pessoas (DIGAP);
- a DIGAP, em sua manifestação, asseverou que o **Instituto Quadrix** apresentou o melhor desempenho em 3 dos 5 critérios estipulados;
- quanto ao requisito de quantidade de concursos realizados, a DIGAP assinalou que o requisito estabelecido não considerava a quantidade de inscritos de cada concurso e que o **Quadrix** realizou mais concursos que as outras entidades;
- com relação ao prazo máximo para a publicação do edital, a DIGAP considerou o **Instituto Quadrix** como vencedor porque apresentou o prazo de 18 (dezoito) horas, refutando a tese da GEREH de que deveria ser considerado no mínimo 1 (um) dia;
- no quesito menor preço de inscrição o **Instituto Quadrix** também sagrou-se vencedor;
- decidiu-se pela contratação do **Instituto Quadrix** com base nos critérios de julgamento objetivamente definidos no Projeto Básico, levando em consideração, principalmente, que o menor valor da taxa de inscrição aumentará o caráter competitivo do certame.

37. Para se verificar se foram respeitados, na avaliação e julgamento das propostas, os critérios estabelecidos pelo Projeto Básico elaborado pela Terracap, faz-se necessário

¹⁰ Ofício nº 001/2017-PRESI e anexos, peça 21.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 38789/2016

Rubrica: _____

inicialmente transcrever o item 11 do referido documento¹¹:

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A Terracap utilizará os seguintes critérios de julgamento das propostas apresentadas:

- a) Quantidade de concursos realizados contemplando simultaneamente todas as etapas dos itens 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3;
- b) Quantidade de concursos realizados de mesmo cargo conforme anexo 01;
- c) Prazo máximo para publicação do edital do concurso, contado a partir da entrega da documentação necessária para elaboração do edital;
- d) Se a interessada possui sede ou representação no Distrito Federal;
- e) Custo do valor de inscrição.

38. Como se observa, o item 11-a apresenta como critério para julgamento a quantidade de concursos realizados contemplando simultaneamente todas as etapas previstas para o atual concurso, inclusive aquela constante do item 4.3.3 do PB, que se refere ao teste de aptidão física (TAF)¹².

39. Apesar da ressalva constante do despacho exarado pela GEREH no sentido de que nos documentos apresentados pelo **Instituto Quadrix** não havia sido possível evidenciar a realização de concurso com as 3 (três) etapas solicitadas, incluindo a de TAF, o sucinto despacho da DIGAP que considerou esta a melhor proposta não tratou do assunto¹³.

40. Em outra frente, também não se mostra adequada e razoável a análise constante do despacho da DIGAP no que tange ao item 11-c do PB, relativa ao prazo máximo para publicação do edital do concurso a partir da entrega da documentação necessária para sua elaboração, tendo em vista que não representa vantagem, na prática, o prazo de 18 (dezoito) horas informado pelo **Quadrix** frente ao prazo de 24 (vinte e quatro) horas apresentado por outra proponente, uma vez que o Diário Oficial do Distrito Federal possui periodicidade diária.

¹¹ Fl. 1055 do Processo nº 111.001.286/2016, peça 20.

¹² 4.3.3. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF):

a) Serão realizados testes de aptidão física para os empregos de: Técnico de Fiscalização e Topógrafo.

b) Os testes realizados serão: Corrida; Teste da Barra Fixa; e Teste de Meio-Sugado.

c) O Teste de Aptidão Física será eliminatório.

d) As perícias dos candidatos que se declararam como Pessoa Com Deficiência dos cargos que está previsto Teste de Aptidão Física (TAF), serão realizadas antes do TAF.

¹³ Despacho nº 677/2016-DIGAP, fls. 1057/1058 do Processo nº 111.001.286/2016, peça 20.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 38789/2016
Rubrica: _____

41. Esta ressalva também havia sido feita pela GEREH em seu despacho, mas não foi seguida pela DIGAP, que sob o argumento de que não caberia a ela adentrar “em pormenores que porventura distorçam a realidade apresentada” considerou a proposta do **Instituto Quadrix** vencedora neste item.

42. Ainda quanto a esse quesito, vale notar que, conforme aventado pelo representante, o documento de fl. 863 do Processo nº 111.001.286/2016 (peça 19) encaminhado à Terracap pelo **Instituto Quadrix** apresenta o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a publicação do edital, apresentando incongruência com o prazo inicialmente informado.

43. Pelos parágrafos precedentes nota-se, no âmbito do Despacho nº 677/2016-DIGAP, utilização incorreta dos critérios de julgamento previstos no item 11 do Projeto Básico, bem como, em consequência, fundamentação insuficiente da escolha do **Instituto Quadrix** para a prestação dos serviços objeto do Contrato nº 80/2016, em afronta ao art. 26, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. Além disso, também se observa que os critérios definidos dificultam um julgamento objetivo da melhor proposta, devido à falta de parâmetros específicos e de definição de pesos a eles associados.

Dessa forma, o órgão instrutivo concluiu:

44. Nos termos da análise empreendida, foram constatadas irregularidades no processo de dispensa de licitação da Terracap (Processo nº 111.001.286/2016) que culminou na contratação do **Instituto Quadrix** para realização de concurso público visando ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em empregos de nível superior e médio da Agência (Contrato nº 80/2016, Edital nº 1/2016):

- ausência de comunicação a um dos proponentes, o Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional – IDECAN, a respeito da inclusão do item 11 ao Projeto Básico (DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO), e a consequente não consideração de sua proposta para o julgamento daquela mais vantajosa;
- deficiência na definição dos requisitos habilitatórios de qualificação técnica da entidade que seria contratada;
- substancial aumento no quantitativo de vagas previstas para a formação de cadastro de reserva, entre a previsão constante do Projeto Básico e o quadro trazido pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 38789/2016
Rubrica: _____

Contrato nº 80/2016;

- deficiência na definição e utilização incorreta dos critérios de julgamento previstos no item 11 do Projeto Básico, bem como fundamentação insuficiente da escolha do **Instituto Quadrix** para a prestação dos serviços objeto do Contrato nº 80/2016.

45. As falhas apresentadas não se caracterizam como impropriedades de cunho meramente formal, pois repercutiram decisivamente na escolha do **Instituto Quadrix** para a realização do concurso público de que trata o Edital nº 01/2016, bem como representaram afronta a dispositivos legais e a princípios que regem a Administração Pública, entre os quais os arts. 3º, 26, parágrafo único, inciso II, e 30, inciso II e § 3º, da Lei nº 8.666/93, e os princípios da isonomia, da motivação, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

46. Vale anotar que apesar de este Tribunal ter prolatado, em 21.12.16, a Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT deferindo a medida cautelar requerida pelo representante e determinando a suspensão dos atos inerentes à execução do Contrato nº 80/2016 (da qual a Terracap tomou conhecimento em 22.12.16, conforme expediente juntado à peça 9), não se tem notícia de que a jurisdicionada tenha adotado medidas para suspender as inscrições do concurso, previstas para terem início no dia 13.01.16.

47. Nesse ponto, releva destacar a entrada do documento de peça 22 noticiando o descumprimento do *decisum* prolatado, uma vez que “no *site* do Instituto Quadrix, não existe qualquer aviso de que o certame está suspenso, nem mesmo no site da Terracap”. Além disso, dia 09.01.17 foi publicado edital contendo o “resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos” e a banca contratada está realizando pré-cadastro de candidatos ao certame, “artifício este que não é autorizado pela legislação vigente, em especial, a Lei Distrital 4.949 de 2012.

48. Desse modo, sugere-se que seja considerada parcialmente procedente a Representação tratada nos presentes autos e irregular a dispensa de licitação que culminou na contratação do Instituto Quadrix, com a manutenção da cautelar determinada pela Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT, determinando-se à Terracap a suspensão imediata de quaisquer etapas relacionadas ao processo seletivo em andamento, inclusive das inscrições do concurso, **com início previsto para o dia 13.01.17**, bem como a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, informando-as a este Tribunal, juntamente com as razões pelas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 38789/2016

Rubrica: _____

quais foi dado seguimento ao certame em descumprimento à citada decisão desta Corte.

Na consolidação da instrução, foram oferecidas ao Plenário as seguintes sugestões:

I. tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 001/2017-PRESI (peça 21) e de cópia do Processo nº 111.001.286/2016 (peças 16/20), encaminhados pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal em cumprimento aos itens III e IV da Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT;

b) do documento protocolado pelo representante (peça 22); e

I. dos demais documentos juntados aos autos (peças 13/15);

II. considerar parcialmente procedente a Representação (peça 3) e irregular o procedimento de dispensa de licitação que culminou na contratação do Instituto Quadrix (CNPJ: 08.412.130/0001-43) pela Terracap para a realização de concurso público (Contrato nº 80/2016, Processo nº 111.001.286/2016), haja vista a constatação das seguintes irregularidades:

a) ausência de comunicação a um dos proponentes, o Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional – IDECAN, a respeito da inclusão do item 11 ao Projeto Básico (DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO), e a consequente não consideração de sua proposta para o julgamento daquela mais vantajosa, em afronta ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e ao princípio da isonomia;

b) deficiência na definição dos requisitos habilitatórios de qualificação técnica da entidade que seria contratada, em afronta ao art. 30, inciso II e § 3º, da Lei nº 8.666/1993;

c) substancial aumento no quantitativo de vagas previstas para a formação de cadastro de reserva, entre a previsão constante do Projeto Básico e o quadro trazido pelo Contrato nº 80/2016, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

d) deficiência na definição e utilização incorreta dos critérios de julgamento previstos no item 11 do Projeto Básico, bem como fundamentação insuficiente da escolha do Instituto Quadrix para a prestação dos serviços objeto do Contrato nº 80/2016, em afronta ao art. 26, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e aos princípios da motivação e do julgamento objetivo;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 38789/2016

Rubrica: _____

- III. manter a cautelar determinada pela Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT, reiterando-se à Terracap a necessidade de suspensão imediata de quaisquer etapas relacionadas ao processo seletivo em andamento, inclusive das inscrições do concurso;
- IV. determinar à Terracap, com fundamento no art. 1º, inciso X, da Lei Complementar nº 1/1994, que adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, em função das irregularidades verificadas, informando-as a este Tribunal no prazo de 15 (quinze) dias, juntamente com as razões pelas quais foi dado seguimento ao certame em descumprimento à Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT;
- V. autorizar:
- a) o envio à Terracap de cópia desta Informação, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão que vier a ser prolatada, de modo a subsidiar o cumprimento dos itens anteriores;
 - b) a ciência da decisão aos demais interessados no processo;
 - c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para as providências cabíveis.

É o relatório.

V O T O

Com relação ao cumprimento da Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT, em consulta à página eletrônica da Terracap¹⁴, pude verificar que a jurisdicionada efetivamente suspendeu as inscrições para o concurso público de que tratam os presentes autos.

Entretanto, para a realização do objeto, já se encontra firmado entre a Terracap e o Instituto Quadrix o Contrato nº 80/2016, conforme consta às fls. 1091/1094 da Peça nº 20.

Dessa forma, tendo em vista que as medidas propostas pela unidade técnica afetam o interesse da contratada, entendo ser necessário conceder-lhe a oportunidade de manifestação antes de o Tribunal decidir sobre o mérito da representação.

¹⁴ Disponível em <http://www.terracap.df.gov.br/regularizacao-fundiaria-novo-7/regularizacao-fundiaria-novo-52/355-concurso-da-terracap-foi-suspenso>.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 38789/2016

Rubrica: _____

Ante o exposto, preliminarmente, VOTO por que este egrégio Plenário:

- I) com fundamento no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, dê conhecimento do teor da Representação ao Instituto Quadrix para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes;
- II) mantenha a medida cautelar determinada na Decisão Liminar nº 019/2016-P/AT até ulterior deliberação do Tribunal.
- III) autorize:
 - a) a ciência desta decisão à Terracap e ao representante;
 - b) a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Brasília, em de de 2017.

MANOEL DE ANDRADE

Relator